

A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014

Caroline Lucion Puchale²

Ohanna Larissa Fraga Pereira³

Gilberto Oliveira Veloso⁴

Paulo Ricardo Feistel⁵

Resumo

De acordo com a teoria dos ciclos político-econômicos, tanto o calendário eleitoral quanto a ideologia partidária podem exercer influência sobre as flutuações econômicas, portanto podem existir tanto ciclos oportunistas quanto partidários. Nesse sentido, este estudo objetiva evidenciar a possível existência de ciclos político-econômicos oportunistas e ideológicos sobre os gastos sociais e de investimento nos governos estaduais brasileiros entre o período de 2003 a 2014. Como fonte de estimação, utilizou-se uma análise econométrica de dados em painel. Os resultados apontaram para uma influência do calendário eleitoral apenas sobre as despesas orçamentárias de gastos com investimentos dos estados no período considerado, além disso a ideologia partidária não demonstrou ter relação com os gastos analisados. Este estudo contribuiu

- 1 Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) pelo auxílio financeiro essencial para a execução do presente estudo.
- 2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia com ênfase em economia aplicada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: carolpuchale@gmail.com.
- 3 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: ohanna_larissa1@hotmail.com.
- 4 Professor Titular Aposentado do Departamento de Economia e Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: gilbertovel@gmail.com.
- 5 Professor Associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: prfeistel@gmail.com.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

para a teoria evidenciando que as oscilações incorridas na economia, na esfera das despesas fiscais relacionadas aos gastos de investimento, são explicadas também por variáveis políticas, e não somente por quesitos puramente econômicos.

Palavras-chave: Ciclos político-econômicos. Oportunismo político. Variáveis orçamentárias. Dados em painel.

I Introdução

Após 20 anos de regime militar, em 1988 foi instituída a Constituição da República Federativa do Brasil, ato que permitiu o retorno de um regime democrático no qual todos os cidadãos voltaram a opinar na condução dos rumos da política brasileira. Atualmente, as eleições no país, para presidente, governadores, deputados e senadores, ocorrem a cada quatro anos e, como em toda democracia, um grupo de indivíduos candidata-se ao cargo de presidente da República, enquanto a população fica com a responsabilidade de escolher aquele que mais se adéqua à função de administrador central da nação. Desde o retorno da democracia, para obter sucesso nas eleições, os candidatos brasileiros precisam demonstrar sua competência através da quantidade de benefícios que podem gerar para o país⁶. Para isso, utilizam como principal estratégia as oscilações no orçamento público, instrumento constituído pelas receitas e despesas do governo, por meio do qual se garante o aumento do bem-estar da sociedade.

É nessa concepção que se enquadra a teoria dos ciclos político-econômicos oportunistas. Nela, os eleitores são propensos às facilidades oferecidas pelo governo e, a partir daí, calculam a competência dos candidatos, os quais buscam maximizar seus votos através de políticas expansionistas que “agradem” à população e apostam na melhoria de variáveis macroeconômicas perto das eleições⁷. Todas essas medidas são de curto prazo e exercem

6 De acordo com Monteiro (1994, p. 45-47), configura-se um jogo de política econômica que inclui, além do Legislativo (os políticos), cuja racionalidade é a maximização dos votos, também o Executivo (burocracia), cuja racionalidade é definida pela maximização do poder discricionário, os grupos de interesses que buscam consolidar os maiores ganhos e, por fim, o cidadão, cuja racionalidade é a minimização da coerção que percebe dos resultados das políticas implementadas.

7 De acordo com Downs (1957 apud MONTEIRO, 1994, p. 50), na relação político-eleitor, os políticos levam vantagens comparativas, uma vez que para o eleitor existe um custo de informação além daquele com que se defronta com o paradoxo da não votação e, em participando da eleição, seu comportamento refletirá sua ignorância racional.

relativa força de voto ao dar ao eleitor a sensação de aumento do bem-estar, levando-os a classificar o candidato como competente. Entretanto, passado o período eleitoral, os governantes eleitos passam a exercer políticas contracionistas, visando manter o equilíbrio das contas públicas (QUEIROZ; SILVA, 2010).

A teoria dos ciclos político-econômicos também investiga a existência do modelo partidário. Inúmeros estudos têm encontrado relações, ao longo do tempo, entre a ideologia partidária dos governantes e o tratamento diferenciado das variáveis macroeconômicas para países que possuem partidos com clara definição ideológica. Essa teoria explica por que governantes ligados a partidos de ideologia esquerdista possuem maior propensão a manter gastos fiscais de cunho social através de um maior intervencionismo estatal, enquanto os partidos ideologicamente de direita confiam nos mecanismos do mercado, intervindo pouco nos gastos sociais (BITTENCOURT, 2002). Entretanto, Kraemer (1997) afirma que, para países da América Latina, esse modelo pode tornar-se inconsistente, pois os governos latino-americanos tendem a confundir suas ideologias partidárias.

Nesse sentido, destaca-se a importância do assunto para o entendimento da sistemática da conjuntura política do Brasil após o período de redemocratização, proporcionando uma melhor visualização das práticas “oportunistas” e partidárias e da forma como elas afetam a população e a economia brasileira. Nessa perspectiva, o artigo propõe-se a responder: “O calendário eleitoral e a ideologia política exerceram influência sobre os gastos públicos sociais e de investimento nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014?” Acredita-se que existe uma relação positiva entre os períodos pré-eleitorais e eleitorais e os gastos analisados e uma influência de ciclos partidários nos estados do país. Nesse sentido, objetiva-se evidenciar a existência de ciclos político-econômicos oportunistas e uma possível influência da ideologia partidária nos gastos mencionados dos governos estaduais brasileiros para o período analisado. A metodologia utilizada foi a análise econométrica através da estimação de um modelo de dados em painel, com base de dados captada no Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE), Finanças do Brasil (Finbra) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

2 Referencial teórico

2.1 Funções fiscais do governo, déficit público e o caso da economia brasileira

O governo como agente público regulador intervém na economia para conseguir manter ou elevar o nível de bem-estar social. Assim, ele busca cumprir suas três funções fiscais: alocativa, distributiva e estabilizadora. Segundo Giacomoni (2010), a função alocativa é cumprida quando o governo fornece eficientemente bens e serviços que não são providos pelo sistema privado. Nesse sentido, ele tende a gastar com investimentos na infraestrutura econômica, com a provisão de bens públicos puros e com bens meritórios. A função distributiva é exercida quando o governo consegue distribuir a renda e a riqueza da forma mais igualitária possível entre os indivíduos, geralmente por meio de uma série de programas sociais que beneficiam a camada mais pobre da sociedade e posteriormente pela aplicação de políticas distributivas. A terceira função, estabilizadora, é praticada quando o governo consegue manter o nível de emprego elevado, a estabilidade nos preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e o crescimento econômico. Para manter todas essas funções, o governo deve somente gastar o que for arrecadado com os impostos (GIACOMONI, 2010).

Porém, muitas vezes, o governo não consegue manter o equilíbrio orçamentário e incorre em déficit público, situação em que as receitas governamentais são menores que suas despesas em sucessivos períodos de tempo (RIANI, 2002). Segundo Veloso (2001, p. 12), “déficits ou superávits são justificados quando ocorrem aumentos ou reduções temporários nos gastos públicos decorrentes de choques inesperados”, como guerras ou recessões de uma economia. A “década perdida”, período referente aos anos 1980 no Brasil, foi a repercussão do desequilíbrio financeiro do setor público brasileiro nos anos anteriores, que chegaram a ocasionar uma grande onda de inflação. A sociedade foi atingida pela crise econômica em um período de transição política, inviabilizando o equilíbrio das contas públicas via aumento de arrecadação tributária, reduzindo amplamente a receita tributária (GARCIA, 1995; RIANI, 2002).

As políticas da época eram puramente econômicas, as principais preocupações relacionavam-se ao equilíbrio bastante frágil entre a inflação e o crescimento econômico. Esse fato está ligado ao período político ante-

cedente, o intervalo de tempo brasileiro dominado pela ditadura militar, instalada em 1964. Essa época foi de reconhecido regime autoritário, em que se deram o fim da participação política popular, o cancelamento das eleições diretas para governador e presidente e a extinção de inúmeros partidos. Apenas na década de 1980 a democracia voltou a ser uma realidade, retornou-se o pluripartidarismo e a Constituição de 1988 começou a garantir direitos à população que nunca haviam existido (GARCIA, 1995; GIAMBIAGI, 2011).

Modiano (2014) afirma que, com o retorno democrático, os partidos passaram a elaborar estratégias políticas para definir seus representantes nas eleições, com isso o governo decidiu adiar o ajuste fiscal para que não viesse a interferir nas eleições que estavam por acontecer. Uma semana após as eleições, a equipe econômica do governo lançou o Plano Cruzado II, aumentando os impostos e tarifas públicas e demonstrando que, de fato, os políticos agem oportunisticamente ao manipular os instrumentos de políticas fiscais. Muitos outros casos ocorreram e demonstram o quanto o calendário eleitoral passou a influenciar nas medidas econômicas. A eleição presidencial de 1994 foi marcante nesse sentido: a conjuntura econômica não poderia ser mais favorável ao candidato Fernando Henrique Cardoso (FHC), que, mesmo aparecendo apenas seis meses antes da data do pleito, conseguiu ser eleito por ter sido o mentor do Plano Real, o plano econômico de estabilização da grande inflação que assolava o país. O sucesso do plano deu suporte inclusive para a maior participação do partido de Fernando Henrique, o PSDB, nos governos estaduais (PREUSSLER, 2001).

Além da prática governamental de lançar medidas provisórias próximo à data das eleições, o que garante rápidos ajustes do cenário econômico, no Brasil, Monteiro (2000) destaca que a modificação na legislação eleitoral que possibilitou a reeleição de presidente, governadores e prefeitos aumentou os incentivos à geração de ciclos político-econômicos oportunistas. Além dessas, inúmeras outras medidas econômicas de contração de despesas são postergadas para depois das eleições, enquanto observa-se que as despesas, sobretudo com gastos sociais e de investimentos, dominam o período pré-eleitoral⁸.

8 De acordo com Diniz (1995) e Lima e Boch (1995), a ideia de um forte poder executivo como disciplinador da ação fiscal não se concretiza. Os autores reconhecem a fonte da imprudência fiscal na assimetria entre

2.2 Ciclos político-econômicos

A teoria econômica costumava sustentar a existência de ciclos apenas analisando o comportamento de variáveis econômicas, sem levar em consideração o impacto de fatores políticos. Em 1943, essa realidade começa a modificar-se. Os estudos de Kalecki trouxeram a possibilidade da existência de ciclos político-econômicos, que só se transformaram em pesquisas em 1957, nas análises de Anthony Downs. Porém, foi somente a partir dos anos de 1970 que a relação entre eleições e economia veio a desenvolver-se formalmente e com maior intensidade (CANÇADO; ARAUJO JR., 2004). A partir de então, desenvolveram-se vários modelos com o objetivo de evidenciar a presença de movimentos cíclicos do comportamento econômico ao longo do calendário eleitoral. Como resultado, constatou-se que vários ciclos econômicos são, também, politicamente determinados (REICHENVATER, 2007; QUEIROZ; SILVA, 2010).

Atualmente, o modelo dos ciclos político-econômicos pode ser dividido em quatro grandes áreas, levando-se em consideração o comportamento esperado dos *policymakers* e dos eleitores. Os modelos podem ser: oportunista tradicional, partidário tradicional, oportunista racional ou partidário racional. Logo, a literatura indica que os governantes podem seguir o modelo oportunista de governo, em que os dirigentes visam somente à maximização do número de votos, ou o modelo partidário/ideológico, em que os governantes levam em consideração a ideologia do partido que seguem. Os eleitores podem ser tomados como não racionais, baseando-se nas expectativas adaptativas que aceitam a ocorrência de erros sistemáticos na tomada de decisão dos indivíduos, ou como racionais, baseando-se nas expectativas racionais que consideram o agente como otimizador das informações político-econômicas vigentes (ALESINA; ROUBINI; COHEN, 1997).

2.2.1 O modelo oportunista

O ciclo político-econômico oportunista de governo tem por objetivo a maximização do número de votos nas eleições a partir dos mecanismos

poderes originada nos anos 1930, com prerrogativas estendidas pela Constituição de 1998. Essa situação é definida como "democracia delegativa", caracterizada pela baixa densidade das instituições e pela hipertrofia da autoridade do poder legislativo ao lado dos partidos políticos e do sistema representativo.

de políticas sociais, fiscais, monetárias e cambiais, que são utilizadas como forma de convencimento dos votantes. Os candidatos à presidência sabem que os cidadãos decidem em quem irão votar a partir da competência de governo apresentada, a qual pode ser medida pelo número de obras realizadas, pelos benefícios concedidos à população ou pela melhoria dos agregados macroeconômicos, tais como Produto Interno Bruto (PIB), inflação e desemprego, isto é, por medidas que aumentam o bem-estar populacional. Sabendo desse fato, os prováveis governantes procuram realizar o maior número de obras possível, conceder o máximo de benefícios e gerar mais empregos no período que antecede as eleições, para assim serem vistos como governantes competentes e, conseqüentemente, receberem um maior número de votos (BORSANI, 2003).

Percebe-se, portanto, que os candidatos tendem a criar situações favoráveis na economia em períodos anteriores às eleições e, transcorrido esse intervalo, vivencia-se uma fase econômica restritiva. Como é confirmado por Fialho (1999), o modelo oportunista de governo parte do pressuposto de que as políticas públicas executadas pelos candidatos à eleição objetivam a satisfação de seus interesses pessoais, e não os da nação, e os privilégios concedidos aos cidadãos visam apenas à maior probabilidade de vitória. Downs (2013, p. 50) afirma que “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas”⁹.

O primeiro resquício advindo da conceituação de ciclo oportunista surgiu no trabalho de Downs em 1957, em que o autor estabelece seus estudos sobre Estados Democráticos. O aprimoramento desse conceito aparece nos trabalhos de Nordhaus (1975), em que busca captar os ciclos oportunistas nas variáveis macroeconômicas desemprego e inflação, e nas pesquisas de Rogoff (1990) e Rogoff e Silbert (1988), que buscam detectar ciclos oportunistas em políticas fiscais do governo.

Downs (2013) afirma que os candidatos à eleição são motivados a buscar a vitória eleitoral pelo desejo individual de obter renda, prestígio e poder. Dessa forma, conseguir desempenhar uma boa função social é uma

9 A estratégia oportunista, no modelo de Downs, leva a que o político ou partido político fixe sua proposta de provisão de política econômica no nível mais preferido do eleitor mediano.

das maneiras de alcançar seus desejos privados. Logo, o objetivo dos indivíduos nas eleições é, primordialmente, a maximização dos votos, e todas as suas ações durante esse período visam ao alcance desse objetivo. Para o autor, os candidatos a governantes buscam formular políticas que agradem a uma grande parte do eleitorado, entretanto não consideram os efeitos negativos que elas geram sobre a economia¹⁰.

Segundo Nordhaus (1975), os governos, em períodos pré-eleitorais, estariam dispostos a ter um maior gasto com políticas de aumento da produtividade econômica que resultariam em menor taxa de desemprego. Entretanto, isso seria sustentado ou por um maior gasto governamental ou pela emissão de moeda, que aumentaria a taxa de inflação após as eleições. Passado o período eleitoral, o governo começaria a realizar uma série de ajustes fiscais para conter o aumento do nível de preços, o que, consequentemente, ocasionaria uma queda no PIB do país, juntamente com o aumento da taxa de desemprego e uma piora no bem-estar populacional.

Dessa forma, quanto maior o número de ações públicas no ano pré-eleitoral em direção ao alcance de menores taxas de desemprego e inflação, maior a probabilidade de este governo ser eleito, ou seja, “a manipulação de variáveis estratégicas altera a posição relativa dos partidos aos olhos do eleitor, influenciando-o em seu voto” (VELOSO, 2001, p. 17). Essa visão corrobora o pensamento de Nordhaus (1975) de que os agentes possuem memória de curto prazo, analisam somente as ações do governo realizadas no último ano e não em todo o seu mandato, o que o autor denomina como “miopia política”¹¹. Quer dizer, os eleitores tomam suas decisões com base em sua racionalidade adaptativa ou não racional. Esse modelo, segundo Borsani (2003, p. 63), “sustenta que o eleitor sabe como tem variado seu bem-estar durante a gestão do governo, e esse é o dado principal que precisa para aprová-lo ou, pelo contrário, desaprová-lo”, isto é, para o

10 “O custo de benefícios obtidos via gastos fiscais [...] raramente é percebido por todas as partes envolvidas na barganha.” (HARTLE, 1983, p. 550). Ademais, a percepção pelos participantes não é, em toda a sua extensão, homogênea. O grupo de interesse tem melhor condição de dispor desse conhecimento do que o cidadão-eleitor ou grupos informais.

11 A ignorância racional se manifesta, nesse contexto, com o eleitor limitando seu horizonte de busca pela melhor opção eleitoral às vizinhanças da data eleitoral (MONTEIRO, 1994, p. 50).

eleitor o importante é o resultado das políticas públicas implantadas pelos governantes, e não a forma pela qual essas políticas são alcançadas.

Entretanto, na visão de Downs (2013), os eleitores agem racionalmente, ou seja, sua decisão de voto apoia-se na análise das ações que os governantes realizam em todo o seu período de permanência no poder e nas consequências que essas ações terão no futuro. Os trabalhos de Rogoff (1990) e Rogoff e Silbert (1988) confirmam o posicionamento de Downs em relação à tomada de decisão do eleitor. Os autores afirmam que as benfeitorias advindas dos ciclos oportunistas, que ocorrem nas variáveis orçamentárias receita e despesa do governo, são percebidas instantaneamente pelo eleitorado, portanto suas visões partem de um ciclo oportunista racional. Nesse modelo, Borsani (2003, p. 64) argumenta que “o eleitor usa a informação oferecida por sua percepção dos resultados para prever as possíveis políticas a serem implementadas pelo governo caso seja reeleito”. Logo, as atitudes do governo durante seu mandato devem ser coerentes no tempo, a fim de que os eleitores possam avaliar suas políticas ao tomarem suas decisões.

2.2.2 O modelo partidário

Além do modelo de ciclo oportunista, os autores reconhecem a existência de um modelo partidário, no qual os governantes de partidos de ideologia de esquerda ou direita possuem diferentes posições quanto a assuntos econômicos, apresentando objetivos macroeconômicos antagônicos. Na literatura, também se convencionaram as diferenças ideológicas na orientação dos gastos públicos, os partidos de esquerda tendem a ter maiores gastos com problemas sociais, como em educação, saúde etc., através de um maior intervencionismo do Estado, enquanto os partidos de direita possuem maior confiança nos mecanismos de mercado e, portanto, menor influência nos gastos sociais em termos de intervencionismo estatal (BITTENCOURT, 2002).

A ideia do modelo partidário surgiu nos estudos de Hibbs (1977), que relacionou os níveis de desemprego e inflação à orientação política de dirigentes da Europa Ocidental e da América do Norte durante a década de 1960. Os dirigentes de partidos com ideologia de esquerda tendiam a

manter baixos níveis de desemprego e altas taxas de inflação, enquanto os governantes de partidos com ideologia de centro-direta preocupavam-se com os níveis inflacionários e mantinham um maior grau de desemprego no período, levando a diferentes desdobramentos no crescimento do produto (PREUSSLER, 2011). As hipóteses de Hibbs baseavam-se na curva de Phillips, não levando em consideração as expectativas racionais dos agentes. Em suas análises, os eleitores possuem visão retrospectiva, portanto suas expectativas são adaptativas, eles observam apenas o último ano dos resultados econômicos e, baseados nisso, escolhem determinado partido, sem, entretanto, gerar previsões racionais para o futuro (ALESINA; ROUBINI; COHEN, 1997).

Contrapondo-se a essa ideia, os estudos de Alesina (1987) e Alesina e Sachs (1988) exibiram um modelo partidário baseado nas expectativas racionais dos agentes, no qual os eleitores possuem visões voltadas para o futuro. Tal modelo pressupõe que tanto as expectativas de inflação quanto as de política monetária são baseadas numa média das políticas que se espera serem seguidas pelos partidos eleitos. Entretanto, ainda podem existir surpresas em relação às medidas que serão de fato adotadas, pois existe a possibilidade de vitória de outro partido com ideologia diferente da esperada pelo eleitor. Portanto, os eleitores desse modelo possuem visão prospectiva, conhecem tanto os objetivos quanto as políticas dos partidos e baseiam suas preferências naqueles que oferecem, em sua opinião, a maior utilidade esperada¹² (ALESINA; ROUBINI; COHEN 1997).

Ambos os modelos de ciclos partidários encontram embasamento teórico em trabalhos desenvolvidos ao longo do tempo. Entretanto, em nível de Brasil, algumas diferenças podem ser encontradas, o que se deve principalmente ao número expressivo de partidos existentes no país e ao fato de que as ideologias partidárias se misturam e confundem os eleitores. Como postula Kraemer (1997), “a ausência de um governo ideológico é também aproximadamente realista para a América Latina, onde as estruturas

12 De acordo com Monteiro (1994, p. 51), “o político [...] pode revelar um comportamento puramente ideológico, quando ele se preocupa com a política econômica (e seu resultado) per se, ou seja, se é a utilidade esperada do i-ésimo político ou partido político, relativamente à política econômica, a motivação puramente ideológica fica caracterizada pela função objetivo”.

partidárias são muito voláteis e a orientação ideológica dos políticos individualmente é igualmente nebulosa ou pode mudar rápida e radicalmente”. Devido a isso, o presente trabalho optou por utilizar um critério de classificação de ideologia partidária já estabelecido por Rodrigues (2002), que diferencia os partidos entre esquerda, centro e direita.

2.3 Evidências empíricas

Inúmeras evidências empíricas de ciclos político-econômicos oportunistas e de ciclos partidários já foram desenvolvidas, entretanto os trabalhos realizados no Brasil sobre essa problemática ainda são muito escassos. Entre os poucos existentes, destaca-se o estudo de Bittencourt (2002), que objetivou testar a possível influência do calendário eleitoral no período de 1983 a 2000 sobre as receitas, o déficit público e as despesas por funções do governo no âmbito dos estados brasileiros. Os resultados indicaram a formação de um ciclo eleitoral bem definido na análise das despesas correntes e de capital, verificando-se um nível menor desses gastos em períodos pós-eleitorais e maior em períodos eleitorais. Quando analisado o aspecto ideológico, observou-se que esse elemento foi significativo para as flutuações das despesas com investimentos, constatando-se que partidos de direita/centro-direita geram maiores gastos nessa área do que os partidos de esquerda.

Nakaguma e Bender (2006) desenvolveram um estudo a fim de avaliar o comportamento fiscal dos estados brasileiros no período de 1986 a 2002 através da análise de dados em painel. Seus achados indicaram nitidamente a presença de ciclos políticos nas variáveis de despesa orçamentária: despesas totais, correntes, de custeio e de capital. Além disso, verificaram um aumento nos gastos em anos eleitorais em setores-chave, como educação, transporte e assistência social. Ademais, visualizaram que partidos de esquerda tendem a gastar mais em áreas como educação que os partidos de direita.

Araújo (2010) objetivou, em seu trabalho, evidenciar a existência de ciclos político-econômicos e partidários nos gastos públicos dos estados do Brasil durante o período de 1995 a 2008. Para tanto, utilizou a metodologia de dados em painel dinâmico com estimador MGM Sistema. Os resultados revelaram a presença de ciclos oportunistas por parte dos

governantes, com aumentos nas despesas em anos eleitorais e ajuste nos anos pós-eleitorais. Ademais, encontrou-se que a ideologia partidária influencia nos gastos públicos, sendo que os governantes de partidos de esquerda promovem uma maior expansão desses gastos nos períodos eleitorais. Assim, o autor concluiu que houve presença tanto de ciclos políticos quanto de ciclos partidários.

Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017) realizaram uma pesquisa com o objetivo de evidenciar a existência de ciclos políticos e ideológicos nas decisões de alocação de recursos públicos em investimentos de infraestrutura nos estados brasileiros para o período de 2003 a 2014, através da análise de dados em painel. Os resultados indicaram que existe influência do ciclo eleitoral se forem consideradas as diferenças ideológicas conjuntamente com os ciclos eleitorais. Encontrou-se que os partidos de esquerda e de centro tendem a investir mais em infraestrutura em períodos pré-eleitorais se comparados com partidos de direita. Ademais, identificou-se um impacto negativo nos gastos em infraestrutura quando o governador é do mesmo partido do presidente.

Silva et al. (2017) realizaram um estudo sobre as influências do mandato eleitoral sobre as despesas orçamentárias dos 26 estados da federação no período de 2003 a 2014, através de uma análise de dados em painel. Os achados indicaram que, independente da ideologia partidária, os governantes investem em saúde, direito à cidadania e agricultura, entretanto os partidos de esquerda tendem a aumentar seus gastos em setores como administração, segurança, cultura e esporte, enquanto partidos de direita realizam maiores gastos fiscais em setores como urbanismo e transporte. Ademais, verificou-se que os governadores que estão exercendo seu primeiro mandato realizam menores despesas públicas por função orçamentária do que os governadores que já exercem o segundo mandato.

3 Metodologia

O presente artigo objetiva evidenciar a possível existência de ciclos político-econômicos oportunistas e ideológicos nos gastos sociais e de investimentos nos 26 estados brasileiros (excetuando-se o Distrito Federal) entre o período de 2003 a 2014. A escolha do período temporal relaciona-se

com a formação dos últimos três ciclos políticos brasileiros. A análise dos dados foi realizada via modelo econométrico de dados em painel.

3.1 Base empírica

A base de dados utilizada na presente pesquisa concentra-se, principalmente, no banco de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, que trata das Finanças do Brasil (Finbra), de onde foram coletadas informações sobre os gastos sociais, despesas de investimentos e receita total de todos os estados brasileiros. Ressalta-se que os valores correntes das variáveis foram modificados para valores reais de 2014 através do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). Além disso, todas as variáveis econômicas orçamentárias foram transformadas em valores *per capita* com a finalidade de corrigir as possíveis distorções causadas pelas diferentes dimensões dos estados brasileiros. Em termos particulares, essa transformação foi feita utilizando-se a população estimada anual, gerada pelo IBGE.

As variáveis eleitorais foram extraídas do TSE, com ênfase nos anos pré-eleitorais, eleitorais (2006, 2010 e 2014) e pós-eleitorais, bem como em informações sobre o partido político de cada governador dos estados brasileiros. Além dessas, foi utilizada a variável referente ao PIB nacional, extraída do IBGE, transformada em termos *per capita*, conforme a abordagem já explicitada, e deflacionada pelo IGP-DI, com base no ano de 2014.

Portanto, a fim de evidenciar possíveis manipulações “eleitorais” no âmbito dos estados brasileiros e verificar se a ideologia partidária exerceu influência sobre as despesas fiscais em áreas de fácil visualização eleitoral, utilizaram-se como variáveis dependentes: **1) Gastos sociais**, caracterizados, segundo Rezende (1997), como despesas efetuadas na área de saúde, saneamento, educação, cultura, previdência social, assistência social, habitação e urbanismo; e **2) Despesa de investimento**, caracterizada pelas transferências estaduais aos municípios e à União, obras e instalações e aplicações diretas.

A importância de se utilizar tais variáveis para a análise dos ciclos políticos pauta-se nas evidências encontradas por Sakurai (2009) e Klein e

Sakurai (2015) de que as despesas por função orçamentária, como educação, saúde, habitação, entre outras, apresentam maior possibilidade de manipulação do eleitorado e de que as despesas com investimentos são uma das maiores esferas de visualização da competência do governo por parte da população e, conseqüentemente, uma grande arma de ganho eleitoral. As variáveis eleitorais utilizadas dividem-se entre:

- duas variáveis *dummies*, que sinalizam se o período é pós-eleitoral ou pré-eleitoral e eleitoral. Entre essas variáveis, optou-se por deixar o período pré-eleitoral e eleitoral na base;
- um conjunto de três variáveis *dummies* para identificar a ideologia partidária de cada governador que esteve na administração central dos estados brasileiros entre 2003 e 2014: direita, centro ou esquerda, com critério de classificação ideológico-partidário baseado no trabalho de Rodrigues (2002), especificado no Quadro 1. Entre essas variáveis, optou-se por deixar na base os partidos de centro.

Quadro 1 – Ideologia partidária dos partidos que elegeram governadores nos estados brasileiros de 2003 a 2014

Direta	Centro	Esquerda
PFL	PMDB	PT
PPB	PSDB	PSB
PSL		PCdoB
DEM		PDT
		PPS

Fonte: Rodrigues (2002).

O estudo em questão também utilizou as seguintes variáveis de controle visando captar possíveis flutuações nas despesas fiscais advindas de variáveis econômicas: **1) Receita total** de cada estado brasileiro, variável explicativa pois, segundo Oliveira (2008, p. 50), “[...] os possíveis impulsos de despesa realizados pelos *policymakers* podem ser explicados pelo aumento no volume da receita arrecadada”; e **2) PIB per capita nacional**, já utilizado nos estudos de Nakaguma e Bender (2006).

3.2 Procedimento econométrico

Como forma de quantificação, utilizou-se o método econométrico de dados em painel. Essa ferramenta, segundo Greene (2008), caracteriza-se por combinar uma série de dados *cross-section* com uma série temporal. Baltagi (2005) destaca algumas vantagens desse modelo, tais como: sua capacidade de controlar a heterogeneidade dos indivíduos quando estes relacionam-se com o tempo, procedimento inexistente quando considerados isoladamente os métodos de séries temporais ou de corte transversal, que acabam gerando resultados enviesados; a possibilidade de agregar uma grande quantidade de informações, que, conseqüentemente, geram resultados mais informativos, com menor colinearidade, maior número de graus de liberdade, variabilidade e eficiência; e sua competência ao lidar com as dinâmicas de mudanças e aptidão ao mensurar efeitos não detectáveis nas análises de corte transversal e de séries temporais puras.

O modelo geral de dados em painel, segundo Baltagi (2005) e Greene (2008), pode ser definido como:

$$Y_{it} = \alpha + X'_{it}\beta + u_{it} \quad Y_{it} = \alpha + X'_{it}\beta + u_{it} \quad (1)$$

Onde: i = indivíduos (firmas, países, estados,...); t = tempo; X^t = K regressores em X ; α = escalar; β = parâmetros a serem estimados; e u_{it} = termo de erro.

Greene (2008) ressalta que a heterogeneidade dos indivíduos são diferenças muito particulares no comportamento dos agentes que causam a variabilidade nas variáveis explicativas. O autor destaca três modelos principais que envolvem a análise de dados em painel: o modelo de efeito fixo (EF), o modelo de efeito aleatório (EA) e o modelo *pooled*. O modelo EF, segundo Greene (2008), busca controlar as características de cada agente muito específicas que não variam no tempo. Neste caso, supõe-se que o intercepto (β_0) varia de um indivíduo para o outro, porém permanece constante ao longo do tempo. Já no modelo de efeito aleatório (EA), o autor afirma que o intercepto varia de um agente para o outro, mas não ao longo do tempo, logo os parâmetros são constantes tanto para os indivíduos quanto na série temporal. Portanto, a diferença entre os modelos

EF e EA é a forma de considerar o intercepto. Já o modelo *pooled* é caracterizado pela não existência da heterogeneidade latente para os indivíduos, portanto utiliza-se somente um modelo médio para a população através do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), o qual propicia estimadores eficientes e consistentes (GREENE, 2008).

Nesse sentido, é necessário definir previamente qual o modelo mais adequado para o objeto do estudo, para isso é essencial a realização de alguns testes que estão definidos na Figura 1.

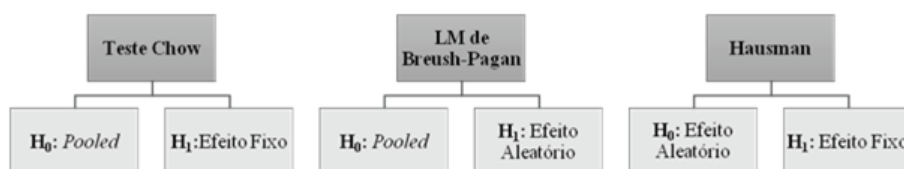


Figura 1 – Teste para definição do modelo de dados em painel

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ademais, é preciso verificar a existência de certos problemas, como a heterocedasticidade, autocorrelação e correlação contemporânea, que podem ser sinalizados através de testes específicos definidos no Quadro 2.

Quadro 2 – Possíveis problemas a serem enfrentados na análise de painéis

Problema	Nome do teste	Hipótese
autocorrelação	<i>Wooldridge</i>	H_0 : Ausência de autocorrelação H_1 : Autocorrelação
Correlação contemporânea	<i>Pesaran</i>	H_0 : Ausência de correlação contemporânea H_1 : Correlação contemporânea
Heterocedasticidade	<i>Wald*</i>	H_0 : Homocedasticidade H_1 : Heterocedasticidade
	Teste convencional de Levene centrado na média**	H_0 : Homocedasticidade H_1 : Heterocedasticidade

*Teste utilizado quando o modelo é de Efeito Fixo.

**Teste utilizado quando o modelo é de Efeito Aleatório.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Caso o modelo seja heterocedástico e possua correlação contemporânea, o teste de *Hausman* torna-se inválido. Logo, torna-se necessária a realização de testes alternativos, como o de *Mundlack*, que possui como hipótese nula o modelo EA e hipótese alternativa o modelo EF.

3.3 O modelo econométrico

Buscando-se evidenciar a existência de ciclos políticos oportunistas e partidários nas despesas de investimentos e gastos sociais, o presente estudo se utiliza de dois modelos econométricos definidos genericamente na equação (2).

$$Despesa_{it} = \beta_0 + \beta_1 RTpc_{it} + \beta_2 PIBnpc_{it} + \beta_3 esquerda_{it} + \beta_4 direita_{it} + \beta_5 Aposele_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde: **Despesa**= gastos sociais no primeiro modelo e despesas de investimentos no segundo modelo; **RTpc**= receita total *per capita*; **PIBnpc**= PIB nacional *per capita*; **Esquerda**= *dummy* que assume valor 1 se o partido possuir ideologia de esquerda e 0 caso contrário; **Direita**= *dummy* que assume valor 1 se o partido possuir ideologia de direita e 0 caso contrário; **Aposele**= *dummy* que assume valor 1 para ano pré-eleitoral ou eleitoral e 0 caso contrário; = coeficiente de inclinação (ou seja, constante); e ε = termo de erro.

O subscrito “*i*” corresponde aos indivíduos, que, no presente estudo, são os 26 estados brasileiros. O período de tempo “*t*” dos modelos é igual a 11, referente ao período de 2003 a 2014. Portanto, o “*n*” será igual a 286. Como o modelo construído possui todas as observações, o painel pode ser classificado como balanceado. Salienta-se, ainda, que os sinais esperados para a equação (2) se dividem entre: 1) Valores positivos para as variáveis **RTpc**, **PIBnpc** e **Esquerda**; e 2) Valores negativos para as variáveis **Aposele** e **Direita**. Reitera-se que os sinais esperados dos elementos eleitorais e partidários resultam da comparação com aquelas variáveis estabelecidas como base (centro e ano pré-eleitoral e eleitoral). Além disso, o modelo foi trabalhado no *Data Analysis and Statistical Software* (STATA), versão 10.0.

4 Resultados e discussões

Anterior à análise de resultados dos ciclos políticos e partidários, é necessário averiguar qual dos modelos de dados em painel é o mais adequado para a amostra em questão. Tais estatísticas estão concentradas na Tabela 1.

Tabela 1 – Testes de especificação dos modelos

Teste	Diagnóstico	Hipóteses do teste	Gastos sociais		Despesa de investimento	
			Valor da estatística	P-valor	Valor da estatística	P-valor
<i>chow</i>	Testar o modelo <i>Pooled</i> contra Efeito Fixo	H_0 : Modelo <i>Pooled</i> H_1 : Modelo de EF	9,50	0,0000	16,75	0,0000
<i>LM de Breush-Pagan</i>	Testar o modelo <i>Pooled</i> contra Efeitos Aleatórios	H_0 : Modelo <i>Pooled</i> H_1 : Modelo de EA	222,55	0,0000	503,11	0,0000
<i>Hausman</i>	Testar o modelo Efeitos Aleatórios contra Efeitos Fixos	H_0 : Modelo de EA H_1 : Modelo de EF	10,75	0,0565	3,86	0,4250
<i>Wooldridge</i>	Testar a presença de Autocorrelação	H_0 : Ausência de autocorrelação H_1 : Autocorrelação	21,470	0,0001	13,876	0,0010
<i>Pesaran</i>	Testar a presença de Correlação contemporânea	H_0 : Ausência de correlação contemporânea H_1 : Correlação contemporânea	29,897	0,0000	8,028	0,0000
<i>Wald</i>	Heterocedasticidade	H_0 : Ausência de heterocedasticidade H_1 : Presença de heterocedasticidade	1.926,97	0,0000	-	-
<i>Teste convencional de Levene centrado na média</i>	Heterocedasticidade	H_0 : Ausência de heterocedasticidade H_1 : Presença de heterocedasticidade	-	-	6,7430454	0,0000
<i>Mundlak</i>	Testar o modelo Efeitos Aleatórios contra Efeitos Fixos	H_0 : Modelo de EA H_1 : Modelo de EF	$7,0 \cdot 10^{14}$	0,0000	$1,3 \cdot 10^{16}$	0,0000

Fonte: Elaborada pelos autores.

Analisando-se, primeiramente, o modelo de gastos sociais, verifica-se que, para o teste *Chow*, rejeita-se a hipótese nula a 1% de significância,

indicando como mais adequado o modelo de efeitos fixos. O exame do teste *LM* de *Breush-Pagan* indicou a rejeição da hipótese nula, portanto, para este teste, o melhor modelo é o de efeito aleatório. Pelo teste *Hausman*, há rejeição da hipótese nula a 10% de significância, revelando efeitos fixos como melhor modelo.

Em seguida, realizaram-se os testes para verificar a presença de certos problemas, como o de autocorrelação, correlação contemporânea e heterocedasticidade. O teste *Wooldridge* rejeitou a hipótese nula a 1% de nível de significância, indicando a presença de autocorrelação no modelo. Além disso, pela análise do teste *Pesaran*, verificou-se a rejeição da hipótese nula a 1% de nível de significância, comprovando a presença também de correlação contemporânea. Por fim, a realização do teste *Wald* (uma vez que o modelo é de efeito fixo) indicou a rejeição da hipótese nula a 1% de nível de significância, confirmando a presença de heterocedasticidade no modelo. Diante da presença dos problemas de heterocedasticidade e autocorrelação, o teste de *Hausman* torna-se inválido. Assim, realizou-se um teste alternativo para decidir entre o modelo de EF e EA, denominado *Mundlak*, o qual indicou a 1% de nível de significância a rejeição da hipótese nula. Portanto, o modelo final escolhido foi de efeito fixo.

Posteriormente, analisaram-se os resultados dos testes para o modelo de despesa com investimentos exposto na Tabela 1. Detectou-se, pelo teste *Chow*, a rejeição da hipótese nula a 1% de significância, o que indica o modelo de efeito fixo como o mais adequado. O teste *LM* de *Breush-Pagan* também indicou a rejeição da hipótese nula a 1% de nível de significância, indicando que o melhor modelo é o de efeito aleatório. No teste *Hausman*, detectou-se a não rejeição da hipótese nula a 1% de significância, revelando o modelo de efeito aleatório como o apropriado.

Ademais, realizaram-se os testes para detecção dos problemas presentes na análise de dados em painel. Constatou-se que, a 1% de significância, os testes *Wooldridge*, *Pesaran* e *Teste convencional de Levene centrado na média* rejeitaram a hipótese nula, portanto o modelo estudado possui problemas de autocorrelação, correlação contemporânea e heterocedasticidade. Perante tais constatações, foi realizado o teste *Mundlak*, que apresenta, a 1% de nível de significância, a rejeição da hipótese nula. Logo, o modelo selecionado foi o de efeito fixo.

Após detectar os possíveis problemas e escolher o melhor modelo, realizou-se a correção dos distúrbios encontrados. Corrigiram-se os problemas de autocorrelação, correlação contemporânea e heterocedasticidade pelo *panel-corrected standard errors* (PCSE). Assim sendo, os resultados de todas as estimações estão descritos na Tabela 2.

Tabela 2 – Resultados da estimação dos modelos

Variável explicativa	Variável dependente	
	Gasto social (ep) p-valor	Despesa de investimento (ep) p-valor
Constante	(1)701,5915 (105,3535) 0,000	42,0079 (47,92212) 0,381
rtpercapita	(1)0,1257772 (0,034648) 0,000	(1)0,0685986 (0,0143639) 0,000
pibper	(1)0,088869 (0,0277858) 0,001	(1)0,0321571 (0,0115188) 0,005
esquerda	26,46559 (30,669) 0,388	8,462414 (18,82765) 0,653
direita	-10,47933 (59,35425) 0,860	35,72269 (32,12348) 0,266
Aposele	-16,61596 (38,38851) 0,665	(1)-65,54094 (18,57472) 0,000
rho	0,6527809	0,6527809
R ²	0,5394	0,5394
Observações	312	312

Modelo estimado conforme equação 2.

(1)Significativo a 1%;

(2)Significativo a 5%;

(3)Significativo a 10%.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em relação às receitas totais dos estados brasileiros, nota-se que estas influenciam de forma positiva os gastos fiscais em todos os níveis analisados, tanto o social quanto o de investimento, uma vez que, em ambos os modelos, essa variável é significativa a 1% de nível de significância. Identifica-se que, a cada R\$ 1,00 *per capita* de aumento nas receitas totais, os níveis de gastos sociais tendem a elevar-se em, aproximadamente, R\$ 0,13 *per capita*, enquanto as despesas em investimento elevam-se em R\$ 0,07 *per capita*. Em relação ao comportamento do PIB nacional e seu impacto sobre os gastos sociais e de investimento, percebe-se que tal variável é significativa a 1% de nível de significância para ambos os modelos, levando à seguinte conclusão: a cada R\$ 1,00 *per capita* de aumento do PIB nacional, os gastos sociais dos estados brasileiros tendem a elevar-se em R\$ 0,09, aproximadamente; já as despesas com investimentos dos estados tendem a aumentar em R\$ 0,03. Essa influência positiva e significativa do PIB nacional em relação às despesas dos estados e dos municípios também foi encontrada por Nakaguma e Bender (2006) e Veloso e Bornhold (2016).

Ao analisar as flutuações do **gasto social** descrito na Tabela 2, lembra-se que tanto a variável período pré-eleitoral e eleitoral quanto a ideologia de centro estão contidas na base, portanto toda a análise referencia-se a elas. Logo, as variáveis políticas, **esquerda** e **direita**, foram ambas não significativas, evidenciando que tanto os partidos de direita como os de esquerda não possuem diferenças significativas em relação aos gastos sociais no período pré-eleitoral e eleitoral quando comparados aos partidos de centro. Porém, como a constante foi significativa a 1% de nível de significância, percebe-se que, no ano pré-eleitoral e eleitoral, os partidos de centro tendem a realizar um gasto social de R\$ 701,5915 *per capita*.

Entende-se, a partir de tais constatações, que não existe a influência da ideologia partidária no que diz respeito aos níveis de gastos sociais. Isso pode ser justificado pelos estudos de Kraemer (1997), que já admitiu a inexistência de um governo ideológico no Brasil e na América Latina. Segundo o autor, as políticas de governo não são voltadas para a sua estrutura ideológica, ou seja, os governantes da União, dos estados e dos municípios visam somente ao ganho eleitoral e, por isso, não se importam com a espécie de despesas efetuadas, se são pró-mercado ou de ordem social. Também se destacam os estudos de Bittencourt (2002), que revelaram a

não influência da ideologia no comportamento dos gastos fiscais para os estados brasileiros.

Além disso, pode-se considerar o fato de este estudo utilizar os gastos sociais agregados, uma vez que, nas outras pesquisas, eles aparecem desagregados por funções orçamentárias em áreas como educação, saúde, previdência social, habitação, urbanismo, entre outras. Assim, os demais autores encontram que partidos de ideologia esquerdista tendem a gastar em uma parte dessas funções e partidos direitistas em outra parcela. Entretanto, todas essas funções fazem parte de um mesmo conjunto de gastos, portanto faz sentido que, agregadamente, não existam diferenças significativas entre os gastos quanto à ideologia partidária.

Ademais, vê-se que a variável **Aposele** (que indica os anos pós-eleitorais) não foi significativa a 1%, 5% e 10% de nível de significância. Portanto, pode-se concluir que as oscilações nos gastos sociais não são explicadas pelos anos pós-eleitorais. Essa insignificância pode também ser justificada pela agregação dos gastos sociais em uma só variável, uma vez que os outros trabalhos apresentam significância de gastos de cunho social quanto ao período eleitoral apenas quando há uma desagregação dessa variável em várias funções orçamentárias, como citado anteriormente.

Além disso, procurou-se evidenciar as possíveis influências do calendário eleitoral e ideologia partidária sobre as **despesas com investimentos** nos estados brasileiros entre 2003 e 2014, cujos resultados também estão reunidos na Tabela 1. Ao observar os elementos políticos, constatou-se que somente o parâmetro da variável indicativa de anos pós-eleitorais foi significativo a 1% de nível de significância. Dessa maneira, mantendo-se tudo o mais constante, tem-se que a despesa com investimentos em anos pós-eleitorais tende a ser, em média, R\$ 65,54 *per capita* menor que nos períodos pré-eleitorais e eleitorais. Isso demonstra que períodos posteriores às eleições tendem a resultar em declínios nos gastos fiscais na área de investimento, uma vez que os governantes, visando ao ganho eleitoral, elevam suas despesas no período próximo às eleições e, após essa data, restringem seus gastos, a fim de evitar a formação de um déficit público. Isso torna-se evidente ao analisarem-se as oscilações das despesas médias com investimentos de todos os estados brasileiros entre o período de 2003 a 2014, descritos na Figura 2. Pode-se observar maiores níveis médios de gastos em investimento em períodos pré-eleitorais e eleitorais (2005/2006,

2009/2010, 2013/2014) e uma queda nesses níveis nos períodos pós-eleitorais (2003/2004, 2007/2008, 2011/2012).

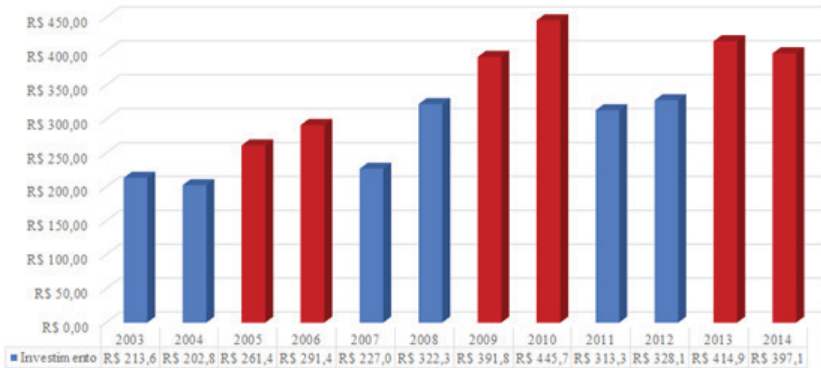


Figura 2 – Análise descritiva das despesas médias com investimento per capita para todos os estados brasileiros de 2003 a 2014

Fonte: Elaborada pelos autores.

Esse resultado vai ao encontro das evidências destacadas por Bittencourt (2002), que, ao analisar as despesas de investimentos (capital) nos estados brasileiros no período de 1993 a 2002, verificou que, na área de bens de capital, os investimentos são menores em período pós-eleitoral que no ano eleitoral. O mesmo resultado é encontrado por Nakaguma e Bender (2006), que, ao realizarem uma análise do comportamento fiscal dos estados brasileiros entre 1986 e 2002, também constataram um maior nível de gastos em investimentos nos períodos eleitorais.

Ademais, observa-se que as variáveis ideológicas (centro, esquerda e direita) não foram significativas a 1%, 5% e 10% de nível de significância. Portanto, a ideologia partidária dos governos tende a não influenciar as oscilações dos gastos em investimentos em nenhum período de tempo.

Conclusão

A redemocratização do Brasil nos anos 1980 passou a demonstrar flutuações nas despesas orçamentárias fiscais explicadas por aspectos, além de econômicos, também políticos e ideológicos. Isso concorda com as

evidências dos estudos sobre os ciclos político-econômicos, que apontam para um perfil de governantes que se preocupam mais com ganhar as eleições do que com elaborar uma administração de “Estado” que vise ao bem-estar da nação. Nesse sentido, o presente estudo objetivou contribuir com tal teoria buscando demonstrar a presença de ciclos políticos oportunistas e ideológicos nas variáveis orçamentárias gastos sociais e gastos de investimento, nos 26 estados brasileiros, no período de 2003 a 2014, visto que trabalhos anteriores não se utilizaram da despesa com gastos sociais agregada para fins de análises.

Como principais constatações, verificou-se que o calendário eleitoral exerceu influência apenas sobre as despesas orçamentárias com gastos de investimento nos estados brasileiros para o período analisado – tal área concentra os gastos com obras públicas, investimentos em infraestrutura e transferências aos municípios e à União. Em relação aos gastos sociais, estes não demonstram ter sofrido influência do período eleitoral. A ideologia partidária não impactou nas oscilações de nenhum dos gastos, o que decorre, possivelmente, da inconsistência de políticas partidárias no Brasil, que não possuem clara divisão entre as ideologias de esquerda e de direita, e da agregação dos gastos sociais em uma única variável.

Logo, as evidências apontam para ciclos político-econômicos oportunistas, com oscilações incorridas na esfera das despesas fiscais explicadas não somente por variáveis puramente econômicas, mas também políticas. Dessa maneira, encerra-se o presente artigo ressaltando propostas para estudos futuros, como, por exemplo, a averiguação da presença de ciclos políticos oportunistas e ideológicos para todas as funções fiscais do governo e a verificação desses ciclos para as variáveis macroeconômicas brasileiras, com foco na taxa de desemprego e na inflação.

Referências

ALESINA, A. Macroeconomic Policy in a Two Party System as a Repeated Game. **Quarterly Journal of Economics**, v. 102, p. 651-678, 1987.

ALESINA, A.; ROUBANI, N.; COHEN, G. D. **Political cycles and the macroeconomy**. Cambridge: MIT Press, 1997.

ALESINA, A.; SACHS, J. Political Parties and Business Cycle in the United States 1948-1984. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 20, n. 1, p. 63-81, 1988.

ARAÚJO, J. M. de. **Relações entre economia e política**: uma análise dos ciclos político-econômicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BALTAGI, B. H. **Econometric Analysis of Panel Data**. 3. ed. Chichester: John Wiley and Sons, 2005.

BITTENCOURT, J. L. **Evidências de ciclos políticos na economia brasileira**: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BORSANI, H. **Eleições e Economia**: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998). Rio de Janeiro: UFMG, 2003.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Finbra – Finanças do Brasil – Execução Orçamentária de Estados**. 2017a. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-aneais>. Acesso em: 03 nov. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições anteriores**: informações sobre as eleições já realizadas no país. 2017b. Disponível em: www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores. Acesso em: 04 nov. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Sidra**. 2017c. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 nov. 2017.

CANÇADO, P. L.; ARAUJO JR., A. F. **Economics and Politics**: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais-2000. Ibmeq MG Working Paper-WP26, 2004.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 385-415, 1995.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2013.

FIALHO, T. M. M. Ciclos Políticos: uma resenha. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 131-149, abr./jun. 1999.

GARCIA, R. L. O Déficit Público e a Inflação: o Estado brasileiro como gerador da instabilidade econômica. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 3, n. 5, p. 59-78, 1995.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIAMBIAGI, F. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2011.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 6. ed. Estados Unidos: Person Prentice Hall, 2008.

GONÇALVES, L. G.; FUNCHAL, B.; BEZERRA FILHO, J. E. A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 462-481, 2017.

HARTLE, D. G. The theory of 'rent seeking': some reflections. **Canadian Journal of Economics**, p. 539-554, 1983.

HIBBS, D. Political Parties and Macroeconomic Policy. **American Political Science Review**, v. 71, p. 1467-1487, 1977.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, v. 37, p. 21-36, 2015.

KRAEMER, M. Electoral Budget Cycles in Latin America and Caribbean: Incidence, Causes and Political Futility. **Working Paper Series**, n. 354, Office of the Chief Economist, BID, 1997.

LIMA, M. R. S.; BOSCHI, R. R. Democracia e reforma econômica: a visão das elites brasileiras. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 1, p. 7-30, 1995.

MODIANO, E. A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989. In: ABREU, M. P. (org.). **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 2014. p. 281-312

MONTEIRO, J. V. **Estratégia macroeconômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

MONTEIRO, J. V. **As regras do jogo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a lei de responsabilidade fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 377-397, jul./set. 2006.

NORDHAUS, W. D. The political business cycle. **The Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

OLIVEIRA, K. V. de. **Os ciclos políticos: uma análise empírica, fiscal e contábil para os municípios do Estado do Rio de Janeiro – 1998/2006**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PREUSSLER, A. P. S. **Um Estudo Empírico dos Ciclos Político-Econômicos no Brasil**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2001.

QUEIROZ, M. C. L.; SILVA, A. B. Ciclos políticos orçamentários no estado do Ceará (1986-2006). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 35, p. 223-252, jul./dez. 2010.

REICHENVATER, A. Business cycles, political incentives and the macroeconomy: comparison of models. **Economics and Business Administration**, Joensuu: University of Joensuu, p. 1-15, 2007.

REZENDE, F. C. Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil (1980-1994). **Revista de Ciências Sociais**, v. 40, n. 3, p. 413-440, 1997.

RIANI, F. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 80, p. 21-26, mar. 1990.

ROGOFF, K.; SILBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, Stockholm, v. 55, n. 1, p. 1-16, jan. 1988.

SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

SILVA, V. K. R. da *et al.* Mandatos Eleitorais e Ciclos Políticos Orçamentários: Um Estudo nas Funções Orçamentárias dos Estados Brasileiros. *In*: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 13., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2017. p.1-18

VELOSO, G. O. **Determinantes Econômicos, Políticos e Institucionais da Política Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul entre 1964 e 1998**. 2001. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

VELOSO, G. O.; BORNHOLD, S. D. Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. **Ensaio FEE**, v. 36, n. 4, p. 1069-1096, 2016.

Recebido 18/02/2018
Aprovado 24/10/2019

The influence of political-economic cycles in socio-economic expenses in the Brazilian states from 2003 to 2014

Abstract

According to the theory of political-economic cycles, both the electoral calendar and party ideology may exert influence over economic fluctuations, so there may be both opportunist and partisan cycles. In this sense, this study aims to highlight the possible existence of opportunistic and ideological political-economic cycles on social and investment spending in Brazilian state governments between 2003 and 2014. As a source of estimation, an econometric data analysis on panel. The results pointed to an influence of the electoral calendar only on the budget expenditures of investment expenditures of the states during the period considered. In addition, party ideology has not been shown to be related to the expenditures analyzed. This study contributed to the theory by showing that the oscillations incurred in the economy, in the sphere of fiscal expenses related to investment expenditures, are also explained by political variables, and not only by purely economic questions.

Keywords: Political-economic cycles. Political opportunism. Budget variables. Panel data.